

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	3
<i>Prefácio desta 30ª edição</i>	5

PRIMEIRA PARTE — CONCEITOS FUNDAMENTAIS**Capítulo I — O Estado e o Poder de Tributar**

1. O Estado e sua atividade financeira	25
2. O poder de tributar	28
3. Poder e competência	29
4. Atribuição de competência e distribuição de receita	30
5. Os princípios jurídicos da tributação	32
5.1 — Legalidade	33
5.2 — Anterioridade	36
5.3 — Igualdade	38
5.4 — Competência	40
5.5 — Capacidade contributiva	40
5.6 — Vedação do confisco	41
5.7 — Liberdade de tráfego	43
5.8 — Garantias do contribuinte e tributação extrafiscal	44
6. Tributação e solidariedade social	
6.1 — Solidariedade social como princípio constitucional	45
6.2 — Solidariedade e legalidade	46
6.3 — Solidariedade e capacidade contributiva	46
6.4 — Relativização dos princípios	47

Capítulo II — O Direito Tributário

1. Conceito, denominações e finalidade	48
2. Natureza, posição e autonomia	51
3. Direito Tributário, Direito Financeiro e Ciência das Finanças	53
4. Tributo: conceito e espécies	55
5. Classificação dos tributos	67
6. Função dos tributos	67
7. Tributo oculto ou disfarçado	
7.1 — Na teoria geral do Direito	69
7.2 — No Direito Brasileiro	69
7.3 — Exemplos de tributos disfarçados ou ocultos no Direito Brasileiro	
7.3.1 — Valor da outorga	70
7.3.2 — Sobrepreço nos monopólios estatais	70
7.3.3 — Contraprestação de serviços de uso compulsório	70

7.4 — Inconstitucionalidade	
7.4.1 — Sistema tributário e direitos fundamentais	71
7.4.2 — Contrariedade ao sistema	71
8. Regime especial em matéria tributária	
8.1 — Conceito e espécies	72
8.2 — Regimes especiais e isonomia	72
8.3 — Regimes especiais no plano constitucional	73
8.4 — Regime especial de fiscalização e sanção política	74

SEGUNDA PARTE — NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Capítulo I — Legislação Tributária

1. Lei e legislação	77
2. Lei ordinária e lei complementar	78
3. Princípio da legalidade	81
4. Medidas provisórias	84
5. Tratados e convenções internacionais	85
6. Decretos e regulamentos	87
7. Normas complementares	88

Capítulo II — Vigência e Aplicação da Legislação Tributária

1. Vigência e aplicação	91
2. Vigência da legislação tributária no espaço	92
3. Vigência da legislação tributária no tempo	93
4. Os princípios da anualidade e da anterioridade	94
5. Aplicação imediata	97
6. Aplicação retroativa	99

Capítulo III — Interpretação e Integração da Legislação Tributária

1. Interpretação e integração	102
2. Métodos de interpretação	104
3. Meios de integração	106
4. Posições apriorísticas e o interesse público	109
5. Institutos, conceitos e formas de Direito Privado	110
6. Interpretação econômica	112
7. Interpretação literal	113
8. Interpretação benigna	114
9. Fontes da interpretação	116
10. Interpretação e aplicação	116
11. Os princípios jurídicos e a interpretação	117

Capítulo IV — Obrigação Tributária

1. Conceito e espécies	121
2. Natureza jurídica	124

3.	Fato gerador	125
3.1	— Fato gerador da obrigação principal	126
3.2	— Fato gerador da obrigação acessória	127
3.3	— Fato gerador e hipótese de incidência	127
3.4	— Quando se considera consumado o fato gerador	129
3.5	— Norma geral antielisão	130
3.6	— Negócios jurídicos condicionais	133
3.7	— Insubsistência do fato tributável	133
4.	Aspectos ou elementos do fato gerador	
4.1	— Aspecto material ou nuclear	134
4.2	— Base de cálculo	135
4.3	— Alíquota	
4.3.1	— Conceito e importância	136
4.3.2	— Alíquotas específica e percentual	136
4.3.3	— Alíquotas fixas e variáveis	137
4.3.4	— Alíquotas progressivas e regressivas	137
4.3.5	— Alíquota zero	137
4.4	— Diferimento de incidência	138
5.	Sujeito ativo	138
6.	Sujeito passivo	142
6.1	— Convenções particulares	144
6.2	— Solidariedade	146
6.2.1	— Benefício de ordem	147
6.2.2	— Efeitos da solidariedade	147
6.3	— Capacidade tributária	148
6.4	— Domicílio tributário	149
7.	Responsabilidade tributária	150
7.1	— Responsabilidade dos sucessores	151
7.2	— Fusão, transformação ou incorporação	154
7.3	— Continuação da atividade	155
7.4	— Responsabilidade de terceiros	158
7.5	— Responsabilidade por infrações. Sua exclusão pela denúncia espontânea	162
7.6	— Exclusão da responsabilidade pelo desconhecimento da lei	170

Capítulo V — Crédito Tributário

1.	Conceito	171
2.	Constituição do crédito tributário	172
2.1	— Lançamento. Sua natureza. Legislação aplicável	173
2.2	— Critérios jurídicos no lançamento	175
2.3	— Modalidades de lançamento	176
2.4	— Revisão do lançamento	179
2.5	— Depósito judicial e lançamento	181
3.	Suspensão do crédito tributário	182
3.1	— Moratória	183
3.2	— Depósito	
3.2.1	— Ato voluntário e seus efeitos	186
3.2.2	— Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	187

3.2.3	— Suspensão da exigibilidade do dever de pagar antecipadamente	187
3.2.4	— Montante integral	187
3.2.5	— Depósito e consignação em pagamento	188
3.2.6	— Procedimento	188
3.2.7	— Decadência e prescrição	189
3.2.8	— Levantamento ou conversão em renda	190
3.2.9	— Depósito e execução fiscal	191
3.2.10	— Onde é feito o depósito	191
3.2.11	— Depósito como pagamento provisório	191
3.3	— Reclamações e recursos	194
3.4	— Medida liminar em mandado de segurança	194
3.5	— Medida liminar e antecipação da tutela	196
4.	Extinção do crédito tributário	196
4.1	— Pagamento	198
4.2	— Pagamento indevido. Restituição	202
4.2.1	— Extinção do direito à restituição	205
4.2.2	— Anulamento de decisão denegatória de restituição	207
4.3	— Compensação	209
4.4	— Transação	214
4.5	— Remissão	215
4.6	— Decadência	216
4.7	— Prescrição	223
4.8	— Conversão de depósito em renda	225
4.9	— Pagamento antecipado e homologação do lançamento	226
4.10	— Consignação em pagamento	227
4.11	— Decisão administrativa	227
4.12	— Decisão judicial	228
4.13	— Dação em pagamento	228
5.	Exclusão do crédito tributário	229
5.1	— Distinções entre isenção, não incidência e imunidade	229
5.2	— Isenção	231
5.3	— Classificação das isenções	234
5.4	— Alíquota zero	236
5.5	— Diferimento de incidência	236
5.6	— Anistia	237
6.	Garantias e privilégios do crédito tributário	238
6.1	— Presunção de fraude	241
6.2	— Concurso de preferências	244
6.3	— Créditos extraconcursais	245
6.4	— Inventário e arrolamento. Liquidações de pessoas jurídicas	246
6.5	— Exigência de quitações	246
6.6	— Indisponibilidade de bens e direitos	248

Capítulo VI — Administração Tributária

1.	Fiscalização	249
----	--------------------	-----

1.1	— Sigilo comercial	250
1.2	— Dever de informar e sigilo profissional	254
1.3	— Sigilo fiscal	255
1.4	— Auxílio da força pública	256
1.5	— Excesso de exação	258
1.6	— Responsabilidade pessoal do agente público	258
2.	Dívida Ativa	259
3.	Certidões negativas	261
3.1	— Certidão negativa e perecimento de direito	262
3.2	— Certidão negativa e tributo não vencido	265
3.3	— Certidão negativa e consignação em pagamento	265
3.4	— Exigência de quitação de tributos e liberdade econômica	266
3.5	— Certidões negativas e precatório	267

TERCEIRA PARTE — SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Capítulo I — Competência Tributária

1.	Sistema tributário	271
2.	Atribuição de competência tributária	272
3.	Limitações da competência tributária	274
3.1	— O âmbito constitucional	275
3.2	— Legalidade	276
3.3	— Isonomia	276
3.4	— Irretroatividade	279
3.5	— Anterioridade	281
3.6	— Proibição de confisco	282
3.7	— Liberdade de tráfego	283
3.8	— Imunidades	284
3.9	— Imunidade recíproca	285
3.10	— Imunidade dos templos	288
3.11	— Imunidades dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos	288
3.12	— Imunidade do livro, jornal e periódico	290
3.13	— Outras limitações	292
4.	Competência privativa da União, dos Estados e dos Municípios	293
5.	Competência residual	
5.1	— Conceito e limites	295
5.2	— Competência residual e adicionais	295
5.3	— Competência residual e peculiaridades locais	296
6.	Competência e tributos vinculados	296

Capítulo II — Impostos

1.	Conceito de imposto	298
2.	Classificação dos impostos no sistema tributário brasileiro	
2.1	— Os critérios de classificação	300

2.2	—	Competência	300
2.3	—	Forma de quantificação	300
2.4	—	Imposto proporcional	300
2.5	—	Imposto progressivo	301
	2.5.1	— Formas de progressividade	301

Capítulo III — Impostos Federais

1.	Imposto de importação		
	1.1	— Competência	304
	1.2	— Função	305
	1.3	— Fato gerador	305
	1.4	— Alíquotas	307
	1.5	— Base de cálculo	308
	1.6	— Contribuinte	309
	1.7	— Lançamento	309
	1.8	— Considerações especiais	310
2.	Imposto de exportação		
	2.1	— Competência	310
	2.2	— Função	310
	2.3	— Fato gerador	311
	2.4	— Alíquotas	312
	2.5	— Base de cálculo	312
	2.6	— Contribuinte	313
	2.7	— Lançamento	314
	2.8	— Considerações especiais	314
3.	Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza		
	3.1	— Competência	314
	3.2	— Função	315
	3.3	— Fato gerador	315
	3.4	— Alíquotas	320
	3.5	— Base de cálculo	321
		3.5.1 — Lucro real	321
		3.5.2 — Lucro presumido	322
		3.5.3 — Lucro arbitrado	323
		3.5.4 — Rendimento	325
	3.6	— Contribuinte	325
	3.7	— Lançamento	327
	3.8	— Considerações especiais	327
4.	Imposto sobre produtos industrializados		
	4.1	— Competência	328
	4.2	— Função	329
	4.3	— Fato gerador	329
	4.4	— Alíquotas	331
	4.5	— Base de cálculo	332
	4.6	— Não cumulatividade	333
	4.7	— Contribuinte	335
	4.8	— Lançamento	336

5.	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários	
5.1	— Competência	337
5.2	— Função	337
5.3	— Fato gerador	337
5.4	— Alíquotas	340
5.5	— Base de cálculo	340
5.6	— Contribuinte	341
5.7	— Lançamento	341
6.	Imposto sobre a propriedade territorial rural	
6.1	— Competência	341
6.2	— Função	341
6.3	— Fato gerador	342
6.4	— Alíquota	345
6.5	— Base de cálculo	345
6.6	— Contribuinte	345
6.7	— Lançamento	346
6.8	— Considerações especiais	346
7.	Imposto sobre grandes fortunas	347
8.	Impostos extraordinários	
8.1	— Competência	348
8.2	— Fatos geradores, bases de cálculo e alíquotas	349
8.3	— Contribuinte	350
8.4	— Lançamento	350
8.5	— Supressão gradual	350
9.	Impostos da competência residual	
9.1	— Praxe antiga	354
9.2	— Limitações da competência residual	354
9.3	— A nova válvula de escape: as contribuições	355

Capítulo IV — Impostos Estaduais

1.	Imposto sobre heranças e doações	
1.1	— Competência	357
1.2	— Função	358
1.3	— Âmbito constitucional e fato gerador	358
1.4	— Alíquotas	359
1.5	— Base de cálculo	360
1.6	— Contribuinte	361
1.7	— Lançamento	361
1.8	— Implicações no processo de inventário	361
2.	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços-ICMS	
2.1	— Competência	362
2.2	— Função	363
2.3	— Fato gerador	
2.3.1	— Fato gerador e âmbito do tributo	364
2.3.2	— Operações relativas à circulação	367

2.3.3	— Mercadorias	369
2.3.4	— Prestações de serviços	371
2.3.5	— Bens destinados a consumo ou ativo fixo	372
2.3.6	— Bens importados mediante “leasing”	373
2.4	— Alíquotas	374
2.5	— Base de cálculo	377
2.6	— Fornecimento de mercadorias com prestações de serviços	378
2.7	— Não cumulatividade	379
2.8	— Contribuinte	380
2.9	— Substituição tributária	381
2.10	— Lançamento	382
2.11	— Convênios interestaduais	382
2.12	— A lei complementar	383
2.13	— As imunidades	383
2.13.1	— Os semi-elaborados	384
2.13.2	— Operações interestaduais com petróleo, seus derivados e energia elétrica	384
2.13.3	— Ouro como ativo financeiro	385
3.	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores	
3.1	— Competência	385
3.2	— Função	386
3.3	— Fato gerador	386
3.4	— Alíquota e base de cálculo	387
3.5	— Contribuinte	388
3.6	— Lançamento	389

Capítulo V — Impostos Municipais

1.	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	
1.1	— Competência	390
1.2	— Função	391
1.3	— Fato gerador	392
1.4	— Alíquotas	394
1.5	— Base de cálculo	396
1.6	— Contribuinte	396
1.7	— Lançamento	397
2.	Imposto sobre a transmissão “inter vivos” de bens imóveis e direitos a eles relativo	
2.1	— Competência	397
2.2	— Função	398
2.3	— Fato gerador	398
2.4	— Alíquotas	400
2.5	— Base de cálculo	401
2.6	— Contribuinte	401
2.7	— Lançamento	402
2.8	— Considerações especiais	402
3.	Imposto sobre serviços de qualquer natureza	
3.1	— Competência	403

3.2 — Função	404
3.3 — Fato gerador	404
3.4 — Alíquotas	408
3.5 — Base de cálculo	408
3.6 — Contribuinte	410
3.7 — Lançamento	412

Capítulo VI — Contribuições Sociais

1. Conceito e natureza jurídica	413
2. Função	414
3. Espécies	415
3.1 — Contribuições de intervenção no domínio econômico	415
3.2 — Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas	417
3.3 — Contribuições de seguridade social	418
3.4 — Contribuições sociais gerais	420
4. Competência	420
5. Contribuintes	421
6. Alíquotas e bases de cálculo	422
7. Lançamento	424
8. Considerações especiais	424
9. Contribuição de iluminação pública	426

Capítulo VII — Taxas

1. Conceito de taxa	427
2. Fato gerador	428
2.1 — Poder de polícia	428
2.2 — Serviço público	430
3. Base de cálculo	432
4. Competência para instituir e cobrar taxas	433
5. Distinção entre taxa e preço público	434

Capítulo VIII — Contribuição de Melhoria

1. Conceito	438
2. Função	440
3. Fato gerador	440
4. Cálculo	442
5. Requisitos para cobrança	444
6. Lançamento	444
7. Distinção entre contribuição de melhoria e taxa	445
8. Desvalorização do imóvel decorrente de obra pública	446
9. Razões para a não instituição	446

QUARTA PARTE — ESTUDOS COMPLEMENTARES

Capítulo I — Noções do Processo Administrativo Tributário

1. Introdução	451
2. Conceito, natureza e espécies	451

3.	Determinação e exigência do crédito tributário	
3.1	— Considerações gerais	452
3.2	— O procedimento e suas fases	453
3.3	— A fase não contenciosa	453
3.4	— A fase contenciosa	454
3.5	— O arrolamento de bens	458
4.	A consulta	459
5.	Outros processos administrativos tributários	460
6.	Contagem dos prazos	461
7.	Recurso hierárquico	462

Capítulo II — Processo Judicial Tributário

1.	Introdução	464
2.	Garantias constitucionais	
2.1	— Inafastabilidade do controle judicial	465
2.2	— Contraditório e ampla defesa	466
2.3	— Direito à jurisdição	467
3.	Espécies de processo	468
3.1	— Processo de conhecimento	468
3.2	— Processo de execução	469
3.3	— Processo cautelar	469
4.	Ações de iniciativa do fisco	
4.1	— Execução fiscal	469
4.2	— Cautelar fiscal	473
4.3	— Ação rescisória	473
4.4	— Ação anulatória de decisão administrativa favorável ao contribuinte	474
5.	Ações de iniciativa do contribuinte	
5.1	— Ação anulatória de lançamento tributário	475
5.2	— Ação declaratória	475
5.3	— Ação de consignação em pagamento	476
5.4	— Ação de repetição do indébito	475
5.5	— Mandado de segurança	478
5.6	— Ação rescisória	479
6.	Ações de controle de constitucionalidade	
6.1	— O controle de constitucionalidade pelo Judiciário	479
6.2	— Ação direta de inconstitucionalidade	481
6.3	— Ação declaratória de constitucionalidade	483
6.4	— Diferença entre as ações de controle de constitucionalidade	484
7.	Ações da coletividade	
7.1	— Ação popular	484
7.2	— Ação civil pública	485

Capítulo III — Ilícito Tributário

1.	Ilícito e sanção	487
2.	Ilícito administrativo tributário	488
3.	Ilícito penal tributário	
3.1	— Precedentes	489

3.2 — Crimes contra a ordem tributária	
3.2.1 — Os tipos e as penas	490
3.2.2 — Interpretação benigna	491
3.3 — Apropriação indébita	
3.3.1 — Precedentes	492
3.3.2 — Não recolhimento de tributo	493
3.3.3 — Tipo novo e prisão por dívida	495
3.3.4 — Contribuição previdenciária e sistema de informações ..	496
3.3.5 — Inexigibilidade de outra conduta	496
4. Sanção administrativa e sanção penal	497
5. A questão da responsabilidade penal	498
6. Sanções pessoais e patrimoniais	499
7. Solução adequada	499
8. Sanções políticas	500
9. Extinção da punibilidade pelo pagamento	
9.1 — No âmbito penal	502
9.2 — No âmbito administrativo	503
10. Exclusão da punibilidade	504
11. Prévio exaurimento da via administrativa	504
12. Crime de supressão ou redução de tributo e imunidade	
12.1 — Elemento essencial do tipo	506
12.2 — Fatos relativos a entidade imune	506
13. Crimes contra a ordem tributária e interpretação da lei	507
Bibliografia	509
Índice alfabético	533